



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Projeto Político-Pedagógico do Curso de
Bacharelado em Cooperativismo

Viçosa

2012

Missão da Universidade Federal de Viçosa

Exercer uma ação integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão visando à universalização da educação superior de qualidade, à promoção do desenvolvimento das ciências, letras e artes e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e atender às demandas da sociedade.

Coordenadora do Curso:

Nora Beatriz Presno Amodeo

Núcleo Docente Estruturante:

Nora Beatriz Presno Amodeo (DER) – Presidente

Alcindo Cipriano Argolo Mendes (DAD)

Brício dos Santos Reis (DER)

Rennan Lanna Martins Mafra (DER)

Marcelo José Braga (DER)

Paulo Shikazu Toma (DSC)

Roberto Max Protil (DER)

Comissão Coordenadora do Curso:

Nora Beatriz Presno Amodeo (DER) – Presidente

Brício dos Santos Reis (DER)

Alcindo Cipriano Argolo Mendes (DAD)

Paulo Shikazu Toma (DSC)

Representante discente (titular)

Representante discente (suplente)

Curso: Bacharelado em Cooperativismo

Modalidade oferecida: Bacharelado

Título acadêmico oferecido: Bacharel em Cooperativismo

Modalidade de ensino: Presencial

Regime de matrícula: Semestral

Tempo de duração: quatro anos e meio (nove semestres) prazo mínimo; cinco anos (dez semestres) prazo médio; e sete anos e meio (quinze semestres) prazo máximo.

Carga horária total: 3.300 h

Número de vagas oferecidas: Quarenta vagas anuais

Turno de funcionamento: Integral

Local de funcionamento: Campus Viçosa

Forma de ingresso: Definida conforme o Regime Didático da UFV

Endereço:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV

Av. P.H.Rolfs, s/n

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Ed. Arthur da Silva Bernardes

Campus Universitário

CEP 36570-000

Viçosa – MG

Fone: (31)3899-2161

FAX: (31)3899-2266

Sumário

1. Apresentação do Curso	1
2. Fundamentação Legal	6
3. Concepção do curso	7
4. Objetivos do curso	8
5. Perfil e competências Profissionais	8
6. Estrutura curricular	11
7. Integralização Curricular do Curso	14
7.1. Estágio supervisionado	14
7.2. Atividades complementares	15
7.3. Trabalho de Conclusão do curso	15
7.4. Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana Matriz Curricular do Curso	16
7.5. Políticas de Educação Ambiental	16
7.6. Decreto 5626/2005	17
8. Matriz Curricular do Curso	17
9. Metodologia de Ensino - Aprendizagem	17
10. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem	18
11. Outras atividades do curso	19
11.1. Participação dos alunos em programas, projetos e atividades de iniciação científica ou em práticas de investigação	19
11.2. Participação dos alunos em atividade de extensão.....	20
11.3. Participação dos alunos em atividades articuladas com o setor produtivo ou de serviços ou de atividades voluntárias fora da IES	20
11.4. Existência de bolsas acadêmicas	22
12. Apoio ao discente	22
13. Auto avaliação do curso	24
14. Ingresso no Curso	25
15. Registros acadêmicos	26
16. Colegiado do Curso	26
17. Recursos humanos e infraestrutura	27

17.1.	Recursos humanos	27
17.2.	Infraestrutura	30
17.2.1.	Instalações do Departamento de Economia Rural	30
17.2.1.1.	Ala Acadêmica e Administrativa	30
17.2.1.2.	Biblioteca Setorial	31
17.2.1.3.	Laboratório de Informática	32
17.2.2.	Instalações e Equipamentos de Uso Comum da UFV	32
17.2.2.1.	Salas de Aulas	32
17.2.2.2.	Recursos de Informática da UFV	33
17.2.2.3.	Auditórios	33
17.2.2.4.	Biblioteca Central	33
17.2.2.5.	Acervo e serviços	34
18.	Anexos	35

1. Apresentação do Curso

A Universidade Federal de Viçosa nos seus mais de 85 anos de existência tem se caracterizado pela constante preocupação em dar resposta às necessidades da sociedade brasileira através de propostas de qualidade em ensino, pesquisa e extensão. Assim, ao longo desses anos, alcançou o lugar de destaque que hoje ocupa no cenário acadêmico nacional.

Já no início dos anos setenta, reconhecendo essa posição relevante da Universidade, o próprio governo, através do Incra, que na época era o órgão encarregado das cooperativas, promoveu a criação na UFV de um curso que possibilitasse a formação de profissionais especializados em cooperativas. Desta forma, em 1975, foi criado o curso de Tecnólogos em Cooperativismo. Nascia assim uma das vocações acadêmicas que têm acompanhado a UFV nas últimas décadas.

Devido às mudanças na realidade brasileira, na educação e no mundo das cooperativas, o curso foi se adaptando e se modificando ao longo destes quase 40 anos para dar resposta aos novos desafios. Um dos objetivos fundamentais tem sido atender à demanda por profissionais capacitados para dar conta da complexidade destas organizações, nas quais as exigências econômicas e as sociais devem ser atendidas simultaneamente, potencializando essas duas dimensões da organização. Assim, em 1991, o curso de Tecnólogo em Cooperativismo foi transformado em Bacharelado em Administração com Habilitação em Administração de Cooperativas. Em 2001, houve uma nova adaptação e começou a ser oferecido o curso de Bacharel em Gestão de Cooperativas. Todos esses cursos, oportunamente reconhecidos pelo MEC, são precursores deste curso aqui apresentado e atestam a longa tradição da UFV na formação de profissionais especializados no desenvolvimento cooperativo, com atividades de pesquisa, ensino e extensão por já quase quatro décadas, colocando a UFV como centro de referência em capacitação e pesquisa em temas vinculados ao cooperativismo no Brasil.

Assim, além da formação de bacharéis, a UFV foi aprofundando sua atividade com programas de pesquisa nas áreas de Economia das Organizações Cooperativas, em Gestão Empresarial Cooperativa, Gestão Social de Organizações Coletivas e em Gestão Cooperativa e Desenvolvimento. Conta também com o grupo de pesquisa Gestão e Desenvolvimento de Cooperativas e Associações, certificado pelo CNPq, do qual participam 11 docentes doutores, 15 estudantes de pós-graduação, 3 técnicos de nível superior e todos os estudantes de graduação que participam dos projetos de pesquisa vinculados ao grupo. Paralelamente, são elaborados projetos de pesquisa no marco das pós-graduações em Economia Aplicada e em Extensão Rural, dois programas vinculados ao Departamento de Economia Rural, que sedia a coordenação e a maioria das disciplinas obrigatórias para o curso de Cooperativismo. Também, desde 2003, é organizado todo ano um Seminário sobre Gestão Profissional do Cooperativismo como uma instância de análise da realidade e perspectivas do sistema cooperativo.

Também, têm sido levadas a cabo pelos docentes e discentes da Universidade inúmeras atividades de extensão com foco no cooperativismo, sob a forma de projetos de desenvolvimento ou de cursos de capacitação. Um dos programas de extensão da UFV mais antigos e atuantes é a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

Desta forma, pode-se apreciar que a UFV tem uma rica história de dedicação ao ensino, pesquisa e extensão sobre a temática cooperativa.

A origem desta modificação do curso, com a criação do curso de Bacharelado em Cooperativismo, está na legislação do MEC, Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2005, que estabeleceu as Diretrizes Pedagógicas dos cursos de Administração, área à qual estava vinculado o curso de Bacharel em Gestão de Cooperativas. Nesta resolução, é eliminada a possibilidade de oferecimento de cursos em nível de graduação sob o título de “Gestão”. O modelo de bacharelado em administração proposto na legislação resulta claramente insuficiente para capacitar profissionais que possam atender integralmente às demandas das cooperativas, dadas as especificidades desta forma organizacional. Como a modificação visa também a responder às demandas advindas do crescimento do campo das organizações de Economia Solidária, esta inadequação ficou mais evidente.

As cooperativas são sociedades com fins econômicos, mas não lucrativos; sua característica principal é se organizarem em função das pessoas e não em função do capital, portanto, requerem ferramentas de gestão específicas, muitas delas distintas das empresas não cooperativas. Isso é reconhecido pela legislação brasileira, já que essas organizações econômicas são objeto de metodologias e requerimentos diferentes, que geralmente só a elas são aplicáveis. Neste sentido, por exemplo, a lei reconhece os “atos cooperativos” – aqueles praticados entre a cooperativa e seus associados, entre estes e aquela, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para consecução dos objetivos sociais – os quais não implicam operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria. Ou seja, as atividades entre os associados e as cooperativas são consideradas de natureza diferente daquelas de outro tipo de empresa. A contabilidade e a tributação, por exemplo, devem atender a estas características, contando com legislações específicas para estas organizações.

Mas não só os aspectos vinculados à gestão empresarial são específicos e distintos para as cooperativas, também, outros conhecimentos e habilidades são necessários para dar conta da gestão social destas organizações que têm simultaneamente finalidade econômica e social. Os associados são simultaneamente donos-usuários, os proprietários e financiadores são simultaneamente os que utilizam os serviços; usuários-controladores, quem controla a cooperativa são os próprios usuários ou beneficiários dos seus serviços; e usuários-beneficiários, a finalidade da cooperativa é propiciar e distribuir benefícios e ganhos aos usuários proporcionalmente à sua participação no negócio. Assim, a gestão social da cooperativa deve dar conta desta tripla identidade dos associados, num processo que os capacite a gerir coletivamente a cooperativa, articulando as necessidades da empresa cooperativa com as necessidades

próprias dos associados que controlam essa empresa. Desta forma, a gestão social nas cooperativas tem uma importância equivalente à gestão econômica, sem que esse aspecto seja suficientemente abordado na formação dos profissionais de administração.

A importância do cooperativismo na sociedade brasileira sempre foi marcante desde seu início, quando foi fundada, em 1891, a primeira cooperativa. Mais tarde, o Decreto de 19 de dezembro de 1932 definia o que é uma cooperativa e classificava o cooperativismo em diferentes segmentos, tornando-o oficialmente reconhecido. Novas legislações se sucederam e, a partir daí, o Estado brasileiro assumiu a tutela das cooperativas até a Constituição de 1988, quando o sistema cooperativista adquiriu sua autonomia.

Durante mais de um século, foram criadas milhares de cooperativas em todo o Brasil. Atualmente, existem mais de 6.600 cooperativas afiliadas à Organização de Cooperativas do Brasil, que atendem aos mais diversos setores (crédito, agropecuárias, consumo, transporte, trabalho etc.). Paralelamente, a partir da década de 1990, multiplicaram-se os empreendimentos vinculados à economia solidária, superando os 15 mil atualmente. A Economia Solidária é definida pelo Ministério de Trabalho e Emprego brasileiro como “o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão”¹. Os empreendimentos aderem à proposta da cooperação, da solidariedade e da autogestão nas atividades econômicas, apontando para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas, promovendo o desenvolvimento da cidadania no Brasil (MTE). Todas estas organizações, do cooperativismo tradicional ao campo da Economia Solidária, conformam um universo múltiplo e em constante crescimento, com destacada presença em muitos segmentos sociais e em praticamente em todas as atividades econômicas: do agronegócio à reciclagem de resíduos sólidos, dos serviços financeiros aos serviços médicos.

Ideologicamente, o sistema cooperativista brasileiro seguiu a linha de Fourier, Robert Owen e Saint-Simon, na qual a cooperativa tem autonomia (sociedade capitalista), constituindo uma comunidade autossuficiente. Nessa concepção, os membros de uma cooperativa se reúnem em torno de objetivos comuns, mediante auxílio-mútuo, fundamentando-se na solidariedade, na liberdade, na igualdade e na justiça social, procurando combinar a racionalidade econômica - maior produção dentro do menor tempo possível e dispêndio mínimo de recursos - com equidade - benefícios sociais para grande número de pessoas. Portanto, nessa perspectiva, a cooperativa é conceituada como “uma associação de pessoas, usualmente com recursos limitados, que se dispõem a trabalhar juntas e de forma contínua, possuem um ou mais interesses comuns e que, por estes motivos, formam uma organização democraticamente controlada em que custos, riscos e benefícios são equitativamente divididos entre os membros” (VERHAGEN, 1984:19).

¹ http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp. Acessado em 6 de fevereiro, 2012.

Além disso, a organização cooperativa é caracterizada, basicamente, por apresentar três condicionantes que a distinguem de outras organizações (RIOS, 1987:13):

a. Propriedade Cooperativa - A cooperativa é uma sociedade de pessoas e não de capital. A propriedade é atribuída aos associados independentemente das contribuições financeiras individuais à constituição da sociedade.

b. Gestão Cooperativa - O poder de deliberação máximo é de competência da Assembleia dos associados. O controle das decisões da cooperativa é democrático à medida que seus membros exercem, efetivamente, os seus direitos, fundamentados no princípio “um homem/um voto”.

c. Repartição Cooperativa - Indica que a distribuição das sobras financeiras no final de um ano de trabalho deve ser feita de uma maneira diversa da que ocorre numa empresa capitalista. Na organização cooperativa, as sobras retornam proporcionalmente aos seus membros pelo trabalho investido. Daí o princípio “retorno pro-rata aos associados”.

Portanto, as cooperativas são organizações que se diferenciam na essência ética, na concepção e na prática das organizações empresariais, o que, por sua vez, tem implicações na sua forma de atuação. Assim, a área de conhecimento relacionada ao cooperativismo é delimitada pelo caráter específico de suas instituições, pela prática administrativa coletiva e pela produção científica, historicamente construída em torno dos valores socialistas de organização social.

A própria criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), em 1998, regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 1999, como uma das organizações do Sistema S, reconhece esta especificidade, estabelecendo uma organização distinta para atender às necessidades de capacitação e desenvolvimento das cooperativas.

Nas últimas décadas, os desafios do desenvolvimento e a mudança nas políticas públicas abriram espaço para uma melhoria na quantidade e relevância de organizações que atendem simultaneamente às questões sociais e econômicas dos cidadãos que as integram ou que formam o seu público alvo. Nesse contexto, destacam-se as cooperativas, tanto aquelas de viés mais empresarial, como aquelas com crescente número de empreendimentos vinculados à Economia Solidária que têm proliferado desde a década dos 90. Estes empreendimentos vinculados ao campo da Economia Solidária não só tomam a forma cooperativa, mas também de associações, de redes de consumidores ou de produtores, assim como outro tipo de organizações sociais (ONGs, Oscips, fundações) são consideradas formando parte deste campo como entidades de apoio, assessoria e fomento. Paralelamente, outras organizações sociais similares (associações, ONGs, fundações etc.) fora deste campo multiplicaram também as suas áreas de atuação e passaram a requerer um número crescente de profissionais, com

formação interdisciplinar, que sejam capazes de atender a suas complexas demandas de organização e de serviços à comunidade.

O próprio Estado brasileiro promove a associação dos cidadãos em cooperativas, associações, consórcios, comitês ou outras instâncias coletivas para aceder às políticas públicas e, ou, para participar da gestão dos recursos públicos e, ou, comuns. Cabe mencionar, nesse marco, as Políticas Públicas de Geração de Trabalho e Renda e Inclusão Social, as políticas destinadas à Agricultura Familiar, as políticas de Promoção de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Territorial, assim como algumas das políticas vinculadas ao meio ambiente, promovidas a nível federal, estadual e municipal em todo o país. A quase totalidade delas sustenta parte da consecução dos seus objetivos no funcionamento de associações, cooperativas ou outras organizações coletivas como articuladoras que possibilitem aos beneficiários atingir os benefícios propostos por essas políticas. Por isso, as demandas de profissionalização na gestão desses empreendimentos e das organizações sociais que deles participam são crescentes para poder dar conta do seu novo papel como verdadeiros interlocutores e mediadores entre o poder público e os cidadãos.

O atendimento a essas organizações requer, portanto, perfis profissionais diferenciados que consigam dominar técnicas e teorias de diferentes áreas do conhecimento de forma tal que lhes permitam combiná-las para brindar as respostas mais adequadas aos complexos problemas que esses tipos de organizações apresentam, dialogar e colaborar com outros profissionais de perfil mais específico, assim como desempenhar as tarefas que o desenvolvimento destas organizações lhes exigem.

Portanto, os profissionais formados neste Bacharelado se afastam de uma abordagem formativa exclusiva da área da administração para avançar na formação interdisciplinar com áreas das ciências sociais aplicadas, das ciências humanas e da educação, completando-as com formações básicas sobre os temas objeto do trabalho deste variado leque de organizações. Procura-se construir, portanto, um perfil acadêmico inovador, flexível e, sobretudo, interdisciplinar, de acordo com as necessidades do público alvo destes futuros profissionais. Trata-se de um perfil profissional distinto, no qual se enfatiza a capacidade de gerir recursos e de articular atores, organizações e temáticas em torno de um projeto de desenvolvimento específico, com questões relativas a valores e princípios, participação e democracia, sustentabilidade, capacitação para a autogestão, cidadania e inclusão social de fundamental importância.

A UFV apresenta vantagens comparativas para a formação destes profissionais. Sua longa experiência em ensino, pesquisa e extensão na área de cooperativismo a coloca como centro acadêmico de referência neste tema no Brasil. Embora tivesse havido outros cursos similares (de Tecnólogos ou de Bacharelados em Administração em Cooperativismo) em outras universidades federais, nas últimas décadas do século XX eles foram se transformando em cursos de Administração, rapidamente afastando-se da temática cooperativa. No entanto, atualmente, várias universidades federais (UFSM,

UFRB, UFPEL etc.) e privadas têm começado a oferecer cursos de tecnólogos para atender à demanda existente por este perfil profissional.

O Departamento de Economia Rural da UFV foi desenvolvendo ao longo do tempo profunda compreensão sobre a complexidade deste campo e adequando o perfil das disciplinas oferecidas para o curso de Gestão de Cooperativas, primeiro, e posteriormente propondo a reformulação do curso para atender melhor aos desafios da realidade das organizações cooperativas e conseguir abranger também as organizações vinculadas à Economia Solidária. Estas disciplinas são complementadas por outras oferecidas por outros departamentos dentro da UFV, como os de Ciências Sociais, Administração, Educação, Direito, Economia e Economia Doméstica, assim como por formações básicas brindadas por departamentos como o de Letras, Matemática, Estatística e Informática.

Constituiu-se assim currículo de 3.300 horas, que tem 39 disciplinas obrigatórias (incluindo o estágio curricular e o trabalho de conclusão do curso, TCC) e 540 horas em disciplinas optativas, 120 das quais podem ser facultativas, ou seja, podem ser escolhidas entre todas as disciplinas oferecidas pela UFV. Os estudantes têm, portanto, poder para selecionar as ênfases específicas que desejem dar à sua capacitação.

2. Fundamentação legal

O curso de Bacharelado em Cooperativismo surgiu como reformulação do Curso de Bacharelado em Gestão de Cooperativas, modificando parcialmente os seus objetivos e conteúdos para ampliar o leque de abrangência profissional, transformando-se num curso de perfil mais interdisciplinar. Como mencionado, a origem dessa modificação está na legislação do MEC, Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2005, que estabelece as Diretrizes Pedagógicas dos cursos de Administração.

Assim, iniciou-se na UFV um longo processo de discussão sobre o curso, que teve como consequência principal final a resolução do CEPE, ato Nº 41, de 6/11/2007, nomeando uma comissão para elaborar um novo Projeto Político Pedagógico para o curso que atendesse a suas especificidades, transformando-se num curso de perfil mais interdisciplinar com as características aqui apresentadas. O projeto elaborado pela comissão foi aprovado no CEPE em 20 de maio de 2008 (ATA Nº 449/2008).

O curso de Cooperativismo - Bacharelado desenvolve um perfil profissional interdisciplinar não se configura em Curso de Administração. O curso atende às normas que regem a educação superior brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394 de 1996 e as resoluções do Conselho Nacional de Educação que lhe correspondem. O curso atende a Resolução CNE/CES 02/2007, possui carga horária de 3.300 horas, devendo ser integralizadas no limite mínimo de 4 anos, no prazo padrão de 4,5 anos e no máximo de 7,5 anos.

Deve-se agregar também que na Resolução Normativa do Conselho Federal de Administração 387/2010, aprova-se o registro profissional nos Conselhos Regionais de Administração dos diplomados em Cursos de Graduação em Administração, bacharelado, oficiais, oficializados ou reconhecidos pelo Ministério da Educação, inclui-se o caso da concessão de registro profissional a cursos especializados, mencionando-se aqueles especializados em Gestão de Cooperativas.

O curso cumpre também com todas as resoluções das instâncias administrativas da UFV correspondentes (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho Técnico de Graduação etc.).

3. Concepção do curso

O curso de Bacharelado em Cooperativismo foi concebido para formar profissionais capazes de interpretar e articular conceitos teóricos, analisar valores culturais e ideológicos, identificar problemas de caráter organizacional, analisar suas causas e propor métodos para sua resolução. Portanto, trata-se de um profissional que saiba trabalhar a complexidade socioeconômica do Brasil contemporâneo, a dificuldade metodológica da inserção de um enorme contingente de população e que compreenda a gerência administrativa e financeira como instrumentos complementares dos empreendimentos coletivos para um projeto de inclusão e sustentabilidade social e ambiental.

Pretende-se que os futuros profissionais conheçam a estrutura e a complexidade das cooperativas e organizações sociais a fim de ter um posicionamento capaz de conferir-lhes poder de barganha frente a um cada vez mais complexo cenário socioeconômico e político-nacional e aos padrões de qualidade e produtividade dos mercados globalizados. Portanto, a formação de um profissional que detenha habilidades conceituais características da área de conhecimento relacionada ao cooperativismo é de fundamental importância para que essas instituições tenham êxito na sua atividade e cumpram sua vocação de justiça social no desenvolvimento econômico do Brasil.

Além do mais, a formação do profissional em Cooperativismo deve contemplar os conteúdos da educação cooperativista, fundamentais para que possa desenvolver atividades de assessoria aos associados, capacitando-os a analisar, questionar, sugerir e fiscalizar, organizando-os em grupos ou núcleos de base, para que se efetive a autogestão democrática. Este papel assume grande relevância no desenvolvimento e consolidação das cooperativas.

Portanto, pretende-se atender às demandas do sistema cooperativista e do desenvolvimento das organizações sociais, que requerem profissionais qualificados nesta área de conhecimento específica que possam pensar e agir a favor de um desenvolvimento solidário, sustentável, justo e equitativo.

4. Objetivos do curso

Formar profissionais capazes de dirigir, fomentar e assessorar cooperativas, associações e outras organizações da sociedade civil, observando-se os princípios democráticos, a igualdade, a equidade e a solidariedade no processo de constituição e desenvolvimento dessas organizações. Capacitá-los para desenvolver a educação cooperativista e promover o desenvolvimento das cooperativas e outras organizações e suas comunidades, a participação e autogestão nas organizações e orientar e assistir aos empreendimentos dos associados. Formar profissionais capazes de caracterizar e interpretar as diversas formas do movimento cooperativista e das organizações sociais, teorizar as questões cooperativistas e organizacionais, enfocando-as na dupla dimensão (econômica e social), apoiar e reforçar iniciativas no plano da promoção humana e da transformação das estruturas sociais, estimular a pesquisa e prestar assessoria a cooperativas, associações e outras organizações de gestão coletiva.

5. Perfil e Competências Profissionais

O perfil de profissional demandado pelo mercado de trabalho exige uma sólida formação técnica, porém com um grande desenvolvimento das habilidades conceituais que permitam a este profissional atuar de forma eficaz, não só nos núcleos das áreas funcionais, mas, principalmente, nas interfaces do sistema organizacional, sem deixar de lado as interações com o ambiente externo.

O curso de Cooperativismo da Universidade Federal de Viçosa objetiva formar um profissional com as seguintes competências/capacidades:

- a. Caracterizar e interpretar as diversas formas do movimento cooperativista e das organizações sociais;
- b. Teorizar as questões cooperativistas e organizacionais, enfocando-as na dupla dimensão: econômica e social;
- c. Apoiar e reforçar iniciativas cooperativistas no plano da promoção humana e da transformação das estruturas sociais;
- d. Formar competências para as atividades de ensino sobre o cooperativismo, a gestão, o fomento da participação e da autogestão democrática de empreendimentos coletivos;
- e. Estimular a pesquisa e prestar assessoria a cooperativas, associações e outras organizações da sociedade civil.

A formação delineada em tais considerações, privilegiando a ótica do "desenvolvimento integral", requer um conjunto formado pelas dimensões psicológica, social, cultural, política, econômica, ética e moral, ou seja:

- Indivíduos que se caracterizam pela capacidade de inovação, criatividade, capacidade crítica de análise, motivação e habilidade para identificar e/ou resolver problemas, estimulando também a ação coletiva.
- Profissionais competentes.
- Cidadãos aptos para a vida associativa em uma sociedade que se caracteriza pela dinâmica de seus interesses, valores e ideias.

As exigências de desenvolvimento mencionadas determinam objetivos mais específicos, que podem ser definidos em termos de conhecimentos, habilidades intelectuais, atividades e valores. Em função do exposto acima, a formação a ser oferecida será direcionada pelos seguintes objetivos:

- a. Atender, de forma mais adequada, à demanda da sociedade e dos mercados (expectativas atuais, potenciais e futuras).
- b. Formar profissionais para atuar em cooperativas, associações e organizações sociais mediante o desenvolvimento de habilidades "conceituais", "formais" e "pragmáticas".
- c. Oferecer uma estrutura curricular que permita o aprendizado "progressivo", flexível e "integrado" de conhecimentos (multidisciplinares e interdisciplinares, instrumentais e administrativos), de modo a possibilitar ao futuro profissional uma atuação expressiva e de liderança em diferentes organizações.
- d. Diferenciar o novo currículo pleno de seus homólogos concorrentes a fim de que nossos futuros formandos apresentem características distintivas de atuação.

Os futuros profissionais serão, conforme escolha, diretores-técnicos, superintendentes e supervisores de cooperativas, associações e organizações da sociedade civil, de órgãos pertencentes ou de apoio ao sistema cooperativista, assessores, consultores, formadores, educadores, facilitadores de políticas públicas, pesquisadores.

Especificamente, o Bacharel em Cooperativismo deverá ser capaz de:

- Realizar diagnósticos participativos da escala de relação do coletivo com o mundo, das cooperativas ou das demais organizações sociais.
- Aconselhar e assistir as diretorias na determinação e no alcance de objetivos, políticas, e outros controles básicos requeridos para o efetivo desenvolvimento da cooperativa ou das organizações sociais.
- Manter um estudo permanente sobre o desenvolvimento social, econômico, político, industrial e tecnológico e suas tendências.
- Fornecer à diretoria e/ao coletivo previsões e planos necessários para assegurar que todas as fases das operações sejam planejadas e equipadas adequadamente, visando a atender às necessidades dos associados e da comunidade e garantir todas as potencialidades de longo prazo dos empreendimentos.
- Analisar e gerir objetivos operacionais, organizacionais e financeiros.

- Interpretar e administrar políticas estabelecidas pela diretoria e/ou coletividade e assegurar sua interpretação uniforme.
- Supervisionar as equipes de trabalho no desempenho de suas atribuições e na maneira pela qual elas procuram atingir seus objetivos.
- Manter os diretores e/ou a coletividade regularmente informados do progresso e dos resultados das operações, em conformidade com os objetivos estabelecidos, dos programas, dos orçamentos e de todos os fatores internos e externos que os influenciam.
- Assegurar que a estrutura da organização, em todos os níveis, seja a mais eficiente para os tipos de operações desenvolvidas; formular planos para mudanças na estrutura da organização exigidas para o ajustamento dos objetivos de médio e longo prazos.
- Assegurar que sejam adequadamente salvaguardados todos os capitais, recursos físicos e outras propriedades da cooperativa.
- Manter os associados adequadamente informados das relações e/ou negócios da cooperativa ou organização, desenvolver a comunicação, fomentar e instrumentalizar a participação e promover o relacionamento permanente entre os associados e a diretoria e entre os cooperados e a coletividade.
- Fomentar e qualificar para a autogestão a participação, o trabalho em grupo e o controle democrático destas organizações.
- Assessorar e capacitar para a elaboração de projetos e programas de desenvolvimento organizacional.
- Realizar e orientar o planejamento estratégico bem como a avaliação da organização e de suas políticas.
- Organizar a participação dos membros, dirigentes e demais agentes interessados nos processos participativos de diagnóstico, planejamento e avaliação das organizações e suas políticas.
- Manter contatos apropriados e desenvolver as articulações organizacionais necessárias com órgãos governamentais, organizações da indústria, sindicatos e outras organizações sociais parceiras e/ou que influenciam no alcance dos objetivos da cooperativa e das organizações.
- Mobilizar os associados para participar das assembleias, discutir as operações e a direção da cooperativa e expressar suas necessidades de mudanças.
- Promover os princípios e práticas cooperativistas e solidárias entre os membros, o conselho de administração e os empregados, explicando seus papéis e responsabilidades.
- Assessorar no processo de constituição e desenvolvimento das cooperativas, associações e demais organizações da sociedade civil.
- Colaborar em campanhas destinadas à população em geral, promovendo os valores e princípios próprios do cooperativismo e da Economia Solidária.

6. Estrutura curricular

O Bacharelado em Cooperativismo é um curso inovador, apesar de ser um herdeiro dos 30 anos de tradição na formação de profissionais dedicados ao cooperativismo por parte da UFV. Ele responde à necessidade de profissionais que visam a atender a um amplo campo de trabalho que emerge das transformações sociais, políticas e econômicas do século XXI com a multiplicação de empreendimentos coletivos e organizações sociais de diferentes tipos, com destacada presença no cenário brasileiro de cooperativas, ONGs, sindicatos, fundações, associações, comitês, consórcios, conselhos etc. que impõem àqueles profissionais a elas vinculados a necessidade de um olhar e compreensão interdisciplinar das questões fundamentais que definem esse tipo de organizações.

Assim, é necessária uma grade suficientemente flexível que permita dar conta dessas realidades diferenciadas e complexas e possibilite aos alunos, também, segundo suas diferentes capacidades, interesses e oportunidades, construir seus planos de estudo, selecionando e combinando conteúdos entre um amplo leque de disciplinas, fazendo possível obter perfis profissionais que atendam melhor aos diferentes tipos de cooperativas e demais organizações.

As disciplinas do curso de Cooperativismo estão organizadas em: a) disciplinas de formação geral e básica; b) disciplinas de fundamentação teórica; c) disciplinas de formação profissional específica; e d) disciplinas de formação prática e métodos de intervenção. Como mencionado, trata-se de um curso interdisciplinar com disciplinas das áreas de conhecimento do cooperativismo e da administração que são as predominantes, complementadas com disciplinas das ciências humanas e sociais, economia, direito e outras, entre as quais, letras, matemática, estatística, informática etc..

A Tabela 1 mostra as disciplinas obrigatórias por semestre, segundo seus conteúdos curriculares e suas áreas de conhecimento, com seus respectivos códigos de cores. Cabe salientar que muitas das disciplinas da área de cooperativismo aplicam conhecimentos gerais de outras áreas às especificidades das cooperativas como, por exemplo, ERU 372 Contabilidade em Cooperativas.

Tabela 1 – Disciplinas obrigatórias do curso de Bacharelado em Cooperativismo, por semestre, segundo conteúdo curricular e área de conhecimento

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS									
	1° sem	2° sem	3° sem	4° sem	5° sem	6° sem	7° sem	8° sem	9° sem
Formação geral e básica	DIR130, LET104	MAT146	EST105						
Fundamentação teórica	ERU170, CIS214, EDU110, ADM100	ECO270, DIR131, CCO100, ERU101	ERU172,	ERU173, CIS234	ERU315,	CIS223			
Formação profissional específica			ERU372, DIR137, ERU383	ERU307, ERU374, ERU470, ERU356	ERU378, ERU471,	ERU477	ERU380		
Formação prática e métodos de intervenção					ERU472, ERU475, ADM328	ERU473, ERU438, ERU357	EDU314	ERU324	ERU498, ERU499
Códigos de Cores das Áreas do conhecimento	cooperativismo	administração	ciências humanas e sociais	economia	direito	outras			

Percebe-se na distribuição de disciplinas obrigatórias que o curso se inicia com ênfases nas disciplinas que fornecem formação geral e básica e a fundamentação teórica necessária para, na continuação, poder se aprofundar na formação profissional específica. A partir do quinto período, as disciplinas com conteúdos de formação prática e métodos de intervenção passam a ocupar um espaço de destaque. A partir do sexto período, espera-se que os estudantes comecem a cursar as disciplinas optativas.

As disciplinas optativas são classificadas por conteúdo curricular e área de conhecimento (Tabela 2).

Tabela 2 – Disciplinas optativas do curso de Bacharelado em Cooperativismo segundo conteúdo curricular e área de conhecimento

Áreas do conhecimento Conteúdos curriculares	Cooperativismo	Administração	Ciências Humanas e Sociais	Economia	Direito	Outras
Formação geral e básica		ADM250	EDU127 EDU193	ECO255		LET101
Fundamentação teórica		ADM307	CIS316 CIS318 ECD201 EDU133 EDU241 ERU418	ERU300 ECO260 ECO271 ECO272 ECO274 ECO275 ECO276 ECO440 ECO448	DIR132 DIR135 DIR139	
Formação profissional específica	ERU308 ERU331 ERU394 ERU395	ADM305 ADM320 CCO310 CCO311 ERU460	ECD310 EDU190 EDU324 EDU497 EDU498 ERU419	ENF442 ERU361 ERU364 ERU400 ERU434 ERU435 ERU465	DIR134 DIR140	
Formação prática e métodos de intervenção	ERU491 ERU492 ERU493 ERU494	ADM309 ADM342 ADM345 ADM392 CCO312 ERU480	COM400 ERU451	ERU432		INF103 LET217 LET290

7. Integralização Curricular do Curso

O curso de Bacharelado em Cooperativismo está estruturado em um total de 3.300 horas, com 2760 horas em disciplinas obrigatórias e 540 horas de disciplinas optativas. Na carga de disciplinas obrigatórias estão incluídas a disciplina de estágio curricular supervisionado (315 horas) e 120 horas para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). No entanto, geralmente os estudantes dedicam um semestre inteiro exclusivamente ao Estágio. O requisito para o estágio é ter cumprido 1.740 horas em disciplinas obrigatórias.

O curso oferece um amplo leque de disciplinas que abrangem diferentes áreas do conhecimento, permitindo aos estudantes orientar sua formação de acordo com suas habilidades e vocações mais específicas. Os estudantes também podem cursar até 120 horas em disciplinas de qualquer departamento de UFV e utilizá-las para integralizar a carga horária das disciplinas optativas.

7.1 Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado do curso é considerado elemento essencial na formação do profissional de Cooperativismo, sendo uma disciplina que tem como objetivo a aproximação com o mercado de trabalho e o direcionamento para as áreas de atuação afinadas com seu interesse e competências. Tendo em vista as áreas de formação proporcionadas por este conteúdo curricular, ele é contemplado obrigatoriamente pela disciplina ERU 498 – Estágio Supervisionado, que compreende 315 horas/aula obrigatórias. Faculta-se ao estudante realizar estágios adicionais (não obrigatórios) desde que devidamente regularizados e enquadrados no que determina a lei vigente para os estágios. A disciplina conta com um professor coordenador, que distribui aos demais professores orientação sobre o assunto e o trabalho prático a ser desenvolvido pelo estudante durante a realização dos estágios. O professor orientador elabora junto com o estudante um plano de atividades a ser desenvolvido durante a vigência do estágio. As normas do estágio supervisionado e documentos relacionados encontram-se nos Anexos.

Durante a realização do estágio, são elaborados pelos estudantes relatórios parciais. Esses relatórios são avaliados pelo orientador e têm um caráter de monitoramento das atividades. Ao término do estágio, o estudante elabora um relatório final de atividades que deverá ser aprovado pelo orientador e pelo coordenador de estágios. O orientador de estágio e o supervisor da parte concedente deverão elaborar também relatórios avaliando o desempenho do estudante. No caso eventual de o estágio durar mais de seis meses, esses relatórios deverão ser apresentados a cada seis meses. Esse relatório traz todas as atividades desenvolvidas bem como as dificuldades e potencialidades oferecidas pelas disciplinas para o cumprimento do estágio.

Espera-se, deste modo, que o estágio promova não apenas a apreensão de conceitos e métodos pelo estudante, mas também o ensino do cooperativismo na Universidade Federal de Viçosa e permita sua constante dinamização frente às demandas sociais.

Os estudantes que desejarem podem utilizar a experiência acumulada durante o estágio e as eventuais pesquisas ou análises que possam vir a realizar para, posteriormente, como trabalho de campo, permitir-lhes se aprofundar em questões relevantes para o seu TCC.

Cabe mencionar que em cada semestre existe uma oferta – por parte de organizações cooperativas ou similares – de estágios remunerados para estudantes do curso bastante superior ao número de estudantes em condições de cursar a disciplina. Isto se transforma na principal razão pela qual, geralmente, os estudantes dedicam uma carga horária maior ao estágio, geralmente destinando um semestre inteiro, e não as 315 horas obrigatórias.

7.2 Atividades complementares

Existem quatro disciplinas de Atividades Complementares (ERU 491 / 492 / 493 / 494), com as quais os estudantes podem integralizar até 120 horas da carga horária de disciplinas optativas com atividades complementares devidamente comprovadas. São disciplinas com carga horária de 15, 30 e 45 horas, com as quais se contabiliza, em termos de carga horária, a participação do aluno em projetos educacionais, cursos de verão e de extensão, congressos, seminários, simpósios e atividades de pesquisa ou de extensão. Os critérios de contabilização dessas atividades são estabelecidos pela Comissão Coordenadora do Curso de Cooperativismo. O aluno somente se matricula nestas disciplinas quando tiver a carga horária total necessária para sua integralização, devendo, neste sentido, encaminhar uma solicitação à Comissão Coordenadora, apresentando os comprovantes das atividades realizadas. Atualmente se estabelece uma equivalência de 7 horas de atividade extracurricular por cada hora aula. As normas para avaliação das atividades complementares encontram-se nos Anexos.

7.3 Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)

Para conclusão do curso de Bacharel em Cooperativismo, deverá ser aprovado, ante uma banca de professores presidida pelo orientador, o trabalho de conclusão do curso. Trata-se de uma peça acadêmica que deverá ser elaborada com rigor metodológico e científico, com convincente aprofundamento do tema abordado, de acordo com o nível de graduação. O TCC é o tratamento escrito de determinado fenômeno cooperativista, utilizando o conteúdo de teorias sociais e econômicas de forma a possibilitar ao aluno a oportunidade de apresentar sua análise com base em normas técnicas e práticas de pesquisa científica em cooperativismo. O trabalho a ser

desenvolvido poderá ser estruturado como artigo científico, ensaio teórico ou estudo de caso, com base em um tema de interesse do curso.

O TCC será orientado por um professor da UFV que ministre disciplinas no curso ou por um professor aprovado pelo NDE do curso. A orientação do TCC se inicia no oitavo semestre com a matrícula do estudante na disciplina ERU324 - Metodologia de Pesquisa e se encerra ao término da disciplina ERU 499 - Trabalho de Conclusão do Curso. Caso o aluno já tenha cursado a disciplina ERU324 previamente, por exemplo, por ser bolsista de iniciação científica, a orientação começará formalmente no início do 8º período. Os estudantes deverão apresentar ao coordenador da disciplina a aceitação da orientação pelo professor orientador e o tema do TCC até duas semanas após o início do 8º período letivo.

A data limite para entrega do TCC à banca examinadora é de quatro semanas antes do término das aulas. A banca examinadora estará composta por três membros - o orientador e dois professores do curso - podendo um deles ser substituído por um estudante dos programas de pós-graduação do DER com proficiência na temática do TCC. O regulamento da disciplina ERU499 - Trabalho de Conclusão de Curso encontra-se nos anexos.

7.4 Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana

Com relação ao disposto na Resolução CNE/CP01/2004, artigos 1º (parágrafos 1º e 2º) e 3º, relativo à inclusão da Educação das Relações Étnico-raciais nos conteúdos das disciplinas e demais atividades complementares, o curso atende esta disposição nas disciplinas obrigatórias CIS214 Sociologia, CIS234 Antropologia, ERU315 Sociologia do Trabalho, ERU380 Desenvolvimento Econômico e ERU472 Educação Cooperativa e nas disciplinas optativas CIS318 Sociologia do Desenvolvimento, EDU133 Educação e Realidade Brasileira, EDU190 Movimentos Sociais e Educação, EDU498 Trabalho e Educação e ERU310 Sociologia do Desenvolvimento Rural.

7.5 Políticas de Educação Ambiental

O curso atende o disposto na Lei 9.795/1999, artigos 1º, 2º e 3º (caput e inciso II) e artigos 9º (caput e inciso II), bem como ao disposto no Decreto 4.281/2002, artigos 5º e 6º, relativo à integração da Educação Ambiental, de modo transversal, contínuo e permanente nas disciplinas e demais atividades curriculares do Curso, com as disciplinas obrigatórias CIS234 Antropologia, ERU380 Desenvolvimento Econômico, ERU383 Desenvolvimento Local e Políticas Públicas e com as disciplinas optativas CIS318 Sociologia do Desenvolvimento, DIR314 Direito Agrário e Legislação de Terras, DIR140 Legislação Ambiental I, ECD201 Políticas Públicas e Meio Ambiente, ECD310 Agricultura Familiar, EDU127 Filosofia da Ciência, EDU193 Ética, ENF442

Economia Ambiental, ERU310 Sociologia do Desenvolvimento Rural, ERU418 Sociologia Rural, ERU419 Ciências Sociais e Ambiente, ERU462 Economia e Gerenciamento de Complexos Agroindustriais, ERU480 Gestão Ambiental e da Qualidade no Agronegócio.

7.6 Decreto 5626/2005

Com relação ao disposto no Decreto 5626/2005, artigo 3º, parágrafo 2º, o curso está ajustado à exigência legal por prever a oferta da disciplina optativa LET290 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Também, realiza-se um seminário de Introdução à Língua Brasileira de Sinais na disciplina ERU472 Educação Cooperativa, obrigatória para os estudantes do curso, para sensibilização e conhecimentos básicos de LIBRAS.

8. Matriz Curricular do Curso

A matriz curricular com informações sobre sequência de oferecimento, créditos, carga horária, requisitos bem como as ementas de todas as disciplinas do curso encontram-se nos Anexos.

9. Metodologia de ensino e aprendizagem

A aprendizagem transcende a necessária formação técnica e o desenvolvimento de competências. Seu objetivo é contribuir para a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência formal e política, possa atuar no seu contexto social de forma comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e integrada ao meio ambiente.

A metodologia adotada é focada no estudante, visto como sujeito ativo e participativo do processo de ensino e aprendizagem. Valoriza os questionamentos, as ideias e as sugestões dos estudantes, de maneira a contribuir para que seu aprendizado esteja mais perto de formar cidadãos conscientes, ativos e construtores de novos argumentos.

Neste Bacharelado, em especial, o fomento da participação é de fundamental importância, já que se trata de formar profissionais que deverão atuar em organizações participativas e democráticas. A formação deve capacitá-los, portanto, a serem participativos e, complementarmente, promoverem a participação democrática nas organizações, mobilizando as comunidades em torno de fins comuns, articulando esforços coletivos.

Diversas atividades são desenvolvidas, por meio das aulas teóricas e práticas, para que os estudantes pensem de forma integrada e sejam capazes de consolidar seus

conhecimentos. Nas aulas teóricas expositivas, o conteúdo é apresentado estimulando discussões entre os estudantes, visando à construção de um raciocínio lógico sobre o assunto/tema apresentado. São incluídas dinâmicas de apresentação escrita e oral de trabalhos acadêmicos e grupos de discussão de assuntos que permitem aos estudantes o desenvolvimento de habilidades de análise crítica e integração de conteúdos. Os conteúdos práticos mesclam aulas demonstrativas com aulas em que os alunos efetivamente executam as atividades.

Pelo perfil do curso, promove-se também trabalho em grupo, tanto para discussão e análise de temas, como para elaboração de propostas ou alternativas a problemas ou casos em discussão. Portanto, ao longo da capacitação destes profissionais, serão privilegiados o uso e o domínio de metodologias participativas, a análise em grupo de estudos de caso e/ou exemplos práticos que permitam uma capacitação mais adequada à realidade que a gestão democrática e coletiva destas organizações impõe. Posteriormente, fazem também parte da formação dos estudantes a própria metodologia de coordenação do trabalho em grupo e as diferentes formas de trabalho com dinâmicas e jogos.

A formação científica e tecnológica dos estudantes está contemplada por meio da participação em programas de Iniciação Científica. Os estudantes participam de atividades complementares que contribuem para dinamizar os processos de ensino e aprendizagem, como ciclo de palestras, reuniões acadêmicas, seminários, workshops, visitas a cooperativas, participação em atividades de consultoria, prestação de serviços, entre outros, fundamentalmente através da Campic, Empresa Júnior dos Estudantes do curso, ou da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFV).

À interdisciplinaridade do curso se soma uma estrutura curricular que contempla a flexibilização por meio da inclusão de um amplo leque de disciplinas optativas e facultativas que permitem a exploração e a abordagem não só de temas do campo especializado, mas também de tópicos abrangentes, atuais e relevantes.

10. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação do rendimento acadêmico encontra-se disciplinada pelo Regime Didático da Graduação, que estabelece procedimentos e condições inerentes à avaliação. Entendendo que tais procedimentos não podem estar dissociados do processo de ensino-aprendizagem, as avaliações se pautam nos seguintes princípios:

- Planejamento dos procedimentos de avaliação de forma integrada com o processo educacional com conteúdos bem definidos, explicitados nos programas analíticos das disciplinas;
- Utilização dos resultados dos procedimentos de avaliação para discussões e redefinições do processo de ensino-aprendizagem;

- Realização de avaliações formativas frequentes e periódicas;
- Opção preferencial pelos instrumentos de avaliação que contemplem os aspectos cognitivos, as habilidades e as competências do processo de ensino-aprendizagem; e
- Utilização dos resultados das avaliações para monitorar a eficiência do processo ensino-aprendizagem, para orientar os professores e estudantes, para estimular e acompanhar o aprendizado individual dos estudantes e para garantir a obediência a padrões mínimos de qualidade de desempenho profissional dos estudantes que irão se graduar. Ou seja, as avaliações serão utilizadas como uma forma de aprimoramento da educação do estudante e das práticas pedagógicas utilizadas pelos professores.

11.Outras atividades do curso

Aos alunos de Bacharelado em Cooperativismo são oferecidas oportunidades de aprofundar seus conhecimentos e aperfeiçoar suas habilidades por meio da participação em várias atividades relacionadas à graduação, seja na dimensão de ensino, de pesquisa ou de extensão.

Entre estas atividades, destacam-se: os programas de iniciação científica; o programa de bolsas de extensão da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade; a participação no Centro Acadêmico e no Diretório Central dos Estudantes; a participação na Campic – Empresa Júnior de Cooperativismo; a participação na ITCP/UFV; os estágios, tanto os obrigatórios como os extracurriculares; além de outras iniciativas que também auxiliam na formação do estudante, proporcionando experiências, contribuindo para a formação do profissional, da pessoa e do cidadão.

11.1 Participação dos alunos em programas, projetos e atividades de iniciação científica ou em práticas de investigação

Os acadêmicos do curso de Bacharelado em Cooperativismo têm a oportunidade de participar do desenvolvimento de projetos de pesquisa e dos programas institucionais de iniciação científica. Destacam-se, neste contexto, os programas fomentados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), seja de iniciação científica, de projetos de demanda espontânea ou de editais específicos.

Esses estudantes podem participar dos grupos de pesquisa que funcionam no DER como colaboradores ou desenvolvendo projetos autônomos, que se diferenciam dos primeiros pela não vinculação a programas institucionais de fomento. Os alunos

contam para tal com a orientação dos docentes do curso e, eventualmente, com a coorientação de estudantes de pós-graduação.

Todos os projetos devem atender a critérios de rigor metodológico e consistência teórica, sendo avaliados pela Comissão de Pesquisa do Departamento de Economia Rural e, posteriormente, registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Os estudantes devem apresentar suas pesquisas nos Simpósios de Integração Acadêmica (SIA/UFV) organizados anualmente. Pretende-se também que os resultados destas pesquisas confluem para artigos acadêmicos e os estudantes possam apresentá-los em congressos ou enviá-los para revistas acadêmicas.

11.2 Participação dos alunos em atividade de extensão

O aluno do curso de Bacharelado em Cooperativismo da Universidade Federal de Viçosa tem a oportunidade de interagir com a sociedade, aperfeiçoando-se como profissional e cidadão por meio da atuação em várias atividades de extensão universitária. Destaque especial deve ser dado ao programa de Bolsa de Extensão em que são priorizados projetos com clara intenção intervencionista e ênfase na inclusão social.

Conta-se, ainda, com o Serviço de Estágio cuja função é atuar como meio de integração entre as organizações interessadas em oferecer estágios, divulgando as oportunidades, e os estudantes interessados, orientando-os e emitindo certificado.

Também no âmbito institucional, como mencionado anteriormente, o aluno pode atuar no Programa de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares que tem por objetivo promover a inclusão social e resgatar a cidadania pela constituição de cooperativas ou associações que visam a beneficiar indivíduos marginalizados e/ou excluídos do mercado de trabalho formal. O projeto surgiu de um diálogo estabelecido entre estudantes e professores do curso de Gestão de Cooperativas, que se efetivou na prática, em novembro de 2003, com a criação da ITCP/UFV como programa de extensão. A partir daí, começou a incubação dos primeiros grupos, visando a gerar trabalho e renda numa perspectiva solidária. Atualmente, a ITCP conta com uma equipe multidisciplinar de estudantes da UFV para dar suporte às demandas por trabalhos com discentes de áreas diversas do conhecimento, de que fazem parte importante os estudantes do curso de Cooperativismo.

11.3 Participação dos alunos em atividades articuladas com o setor produtivo ou de serviços ou de atividades voluntárias fora da IES

Para melhor aprimorar a formação profissional do estudante do curso de Bacharelado em Cooperativismo da UFV, contribuindo para sua formação segundo as exigências do mercado de trabalho, são oferecidas oportunidades de interação com o

setor produtivo, setor público e com outras instituições externas. Entre os canais promotores desta integração, destacam-se a Campic – Empresa Júnior de Cooperativismo e as atividades realizadas pelos professores junto ao setor produtivo, que contam com a participação dos alunos.

A Campic é uma Empresa Júnior composta por professores e estudantes do curso de Bacharelado em Cooperativismo da UFV que surge como resposta aos apelos do segmento cooperativista. O maior propósito da Campic é preencher o espaço entre a universidade e o mundo profissional, trabalhando em projetos reais, investindo todo o conhecimento adquirido na graduação. O aluno participante da Campic está qualificado e é constantemente preparado para interagir com o mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito a Cooperativas, Associações e demais organizações de fins não lucrativos. Sua flexibilidade e adaptabilidade permitem ainda enfrentar novas situações em curto espaço de tempo, respondendo com competência às exigências específicas de seu público alvo. As principais atividades da Campic estão voltadas para as seguintes áreas: Serviços de consultoria para Cooperativas, Associações e demais organizações de caráter social; Pesquisa e Informação sobre Cooperativismo; Assessoria em OQS (Organização de Quadro Social) e Educação Cooperativista; Cursos de Capacitação para dirigentes de Cooperativas e Conselheiros Fiscais; e Palestras e cursos básicos sobre cooperativismo e associativismo.

O DER conjuntamente com a Campic organizam anualmente, desde 2003, os Seminários sobre Gestão Profissional do Cooperativismo. Estes eventos têm por objetivo aprofundar nas problemáticas tendências e alternativas para as organizações cooperativas. Trata-se de uma instância em que representantes das cooperativas, especialistas, docentes, discentes, pesquisadores e demais interessados trocam conhecimentos e experiências, construindo aprendizagens a serem revertidas em favor destas organizações.

Como processo de formação extracurricular também é oferecida ao estudante de bacharelado em cooperativismo a possibilidade de conhecer as organizações sociais da Zona da Mata Mineira através do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV). Trata-se de um projeto de extensão construído por estudantes, professores, ONGs e movimentos sociais que tem como proposta a construção do conhecimento através da relação dialógica entre universidade e sociedade. Dessa forma, o estudante tem a possibilidade de vivenciar na prática as questões políticas, culturais, sociais e econômicas que permeiam os processos coletivos da organização política e produtiva da agricultura familiar, bem como a construção de um arcabouço teórico-metodológico que subsidie o ensino e a pesquisa em torno da dinâmica das organizações sociais.

A interação com instituições externas à UFV também ocorre por meio de projetos específicos desenvolvidos por professores. Nestes projetos, os alunos podem participar ativamente em diversas fases, conforme o delineamento proposto.

Finalmente, estudantes do curso podem participar também dos programas de Mobilidade Acadêmica que promovem intercâmbios entre estudantes de diferentes IES nacionais e internacionais, assim como são recebidos na UFV estudantes de outras IES.

11.4 Existência de bolsas acadêmicas

A instituição oferece várias formas de bolsa aos alunos, destacando-se as de monitoria, de atividade administrativa, de iniciação científica e de extensão. Uma vez que as atividades vinculadas às últimas já foram descritas nos campos referentes à pesquisa e extensão, respectivamente, são descritas a seguir as duas primeiras.

Há o programa de monitoria, em que os discentes selecionados (monitores) atuam auxiliando os demais alunos nas disciplinas que monitoram, recebendo bolsa-monitoria. Esta necessidade ocorre em função do grau de dificuldade da disciplina e/ou da quantidade de alunos matriculados.

Além dessas modalidades, são concedidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários bolsas aos alunos de baixa renda que desenvolvem atividades administrativas vinculadas aos cursos de origem.

12. Apoio ao discente

No âmbito acadêmico, cada discente do curso conta com um professor orientador, o qual pode o assessorar no momento de fazer o plano de estudo, assim como orientadores para os projetos de pesquisa e extensão nos quais esteja participando.

Por outra parte, o programa de tutorias da UFV (Protut) é destinado a auxiliar estudantes (tutorandos) ingressantes na UFV e àqueles reprovados nas disciplinas básicas no decorrer do curso de graduação. O Protut tem como objetivo ampliar o atendimento aos estudantes recém-ingressos na Instituição, no sentido de minimizar deficiências de conhecimentos básicos necessários às disciplinas introdutórias dos cursos de graduação. Também, algumas disciplinas contam com o auxílio de monitores, que podem ser estudantes de graduação ou de pós-graduação, que colaboram com os professores na aplicação de exercícios e no esclarecimento de dúvidas. Todos esses recursos visam a contribuir no processo de ensino-aprendizagem para garantir o êxito dos estudantes, minimizando a retenção e a evasão, com vistas a elevar o índice de diplomação e, conseqüentemente, promover a democratização do ensino superior com qualidade.

A universidade disponibiliza aos estudantes uma ampla gama de serviços que visam a complementar sua formação, promover seu bem-estar e fazer mais agradável sua vida diária no Campus de Viçosa, onde funciona o curso. Embora a maioria dos serviços esteja disponível para todos os estudantes, existem alguns que focam naqueles

de menores recursos. A UFV oferece aos estudantes de graduação regularmente matriculados, além das bolsas de permanência na UFV para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, oportunidade de desenvolver atividades esportivas, artísticas, culturais e de cidadania.

As modalidades de benefícios que poderão ser concedidos aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação, são: serviço de moradia, concessão de moradia gratuita nas Unidades Habitacionais da UFV; serviço de alimentação, concessão de gratuidade na alimentação oferecida nos Restaurantes Universitários (RUs) sem contrapartida de atividades; e a Bolsa creche/pré-escola, recurso financeiro para custear despesas escolares para seus filhos de 0 a 6 anos de idade.

A Divisão de Esporte e Lazer é o órgão responsável, no âmbito da Instituição, por gerir, organizar, incentivar e apoiar o desenvolvimento das atividades físicas, esportivas e de lazer, visando a atender, prioritariamente, aos seus três segmentos: docentes, servidores técnico-administrativos e discentes. Adicionalmente, a Associação Atlética Acadêmica Luve é o órgão máximo de representação das atividades esportivas da Universidade Federal de Viçosa onde funciona. Apesar de ser regida por um estatuto próprio e estar constituída por estudantes de graduação e pós-graduação da UFV, está vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, por meio do Serviço de Esporte e Lazer, da qual recebe subsídios para manutenção de suas atividades. A Luve se responsabiliza pelo esporte na Universidade e tem como principal objetivo a difusão da prática desportiva em caráter competitivo, visando à participação em competições estaduais e nacionais. São várias as modalidades esportivas como atletismo, basquete feminino e masculino, ciclismo, natação, futebol, futsal feminino e masculino, ginástica artística, handebol feminino e masculino, judô, karatê, polo aquático, taekwondo, vôlei feminino e masculino e xadrez que utilizam as instalações específicas disponíveis no Campus. A cada ano os atletas da Luve alcançam excelentes resultados e as equipes representam com êxito a Associação, a UFV e a própria cidade de Viçosa em competições dentro e fora do estado de Minas Gerais.

Todos os estudantes da UFV contam com a cobertura de um seguro escolar que contempla os serviços de seguro contra acidentes pessoais, morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente, despesas médicas hospitalares e odontológicas para todos os seus alunos de graduação, regularmente matriculados, em todos os seus Campi. A vigência do contrato é de doze meses, renovado anualmente, sem limite de idade e com assistência 24 horas.

A UFV conta com a Divisão de Saúde, um ambulatório que presta atendimento na área médica, nutricional, odontológica, além de fisioterapia, enfermagem, exames laboratoriais e radiográficos, sendo seu público alvo estudantes, professores e servidores técnico-administrativos da universidade.

A Divisão Psicossocial (DVP) atua na promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde mental de toda a comunidade universitária. Para isso, conta com

serviços de psicologia, psiquiatria e assistência social em atendimentos individuais ou em grupo. Além dos atendimentos individuais, a DVP desenvolve vários programas e projetos voltados para a prevenção dos comportamentos de risco, bem como para a abordagem de questões relacionadas a conflitos emocionais e relacionais, estresse, ansiedades e angústias, além de questões ligadas ao uso abusivo de álcool e demais drogas.

A Divisão de Assuntos Culturais tem por objetivo gestar, promover, estimular, preservar e difundir a cultura na comunidade universitária. Atua em três áreas: Memória e Patrimônio Cultural, Oficina de Criatividade e Difusão Cultural. A área de Memória e Patrimônio compreende o Museu Histórico, a Casa Arthur Bernardes e a Pinacoteca. A Oficina de Criatividade desenvolve atividades relacionadas à música e artes cênicas. A produção musical da DAC é constituída pelo Conjunto de Sopros, o Quarteto de Clarinetas, o Coral da UFV e o Coral Nossa Voz, todos eles formados por estudantes e funcionários da universidade. A Oficina de Teatro e a Companhia Universitária de Encenação são as responsáveis pelo desenvolvimento das artes cênicas no campus, apresentando suas obras nos auditórios e teatros da UFV e fora de Viçosa. A Difusão Cultural tem como atividade apoiar, incentivar e viabilizar a realização de eventos, além de estimular a promoção de grupos artísticos e programas de intercâmbio cultural com outras instituições. A DAC tem projetos em parceria com o DCE da UFV que compreendem a Casa Universitária de Cultura e Arte (Cuca) e o Alucine no Cine. O primeiro traz ao campus diversas atividades envolvendo as mais variadas artes. O segundo é centrado no projeto de revitalização do Cine Clube Carcará e busca a difusão do cinema, promovendo regularmente exposições cinematográficas de qualidade.

Desta forma, os estudantes da UFV têm acesso a um importante leque de serviços e de atividades diferentes, que contribuem na sua formação completa como cidadãos e não só nos aspectos acadêmicos.

13. Autoavaliação do curso

O sistema de autoavaliação caracteriza-se pela sua função formativa e sociopolítica, favorecendo o entendimento da avaliação como instrumento enriquecedor das práticas educativas na Instituição e promotora da qualidade da educação. Neste contexto, a avaliação objetiva fornecer subsídios para a melhoria das disciplinas e das práticas educativas nos cursos de graduação da UFV e desenvolver na comunidade acadêmica atitudes favoráveis à avaliação.

A UFV tem um Programa de Avaliação de Disciplinas – PAD que analisa vários aspectos, inclusive o sistema de ensino e aprendizagem. Sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Avaliação de Disciplinas (Copad), o sistema de auto-avaliação promove o acompanhamento das disciplinas da Graduação, diagnosticando aspectos que devem ser mantidos ou reformulados em cada uma, para fins de melhoria e busca pela excelência do ensino e aprendizagem na UFV. Os estudantes são convocados a avaliar

professores e disciplinas de forma anônima, sendo esses dados posteriormente utilizados para avaliar os cursos e os próprios professores. Outras informações tais como fundamentação teórica, justificativa e metodologia podem ser verificadas no projeto para Avaliação continuada das Disciplinas dos Cursos de Graduação da UFV.

A universidade conta também com uma Comissão Própria de Avaliação que leva adiante a autoavaliação institucional da universidade, da qual participa toda a comunidade universitária, servindo como instrumento que subsidia o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Sob a coordenação do Conselho Técnico de Graduação e das Câmaras de Ensino dos Centros de Ciências, está sendo implementada a autoavaliação dos cursos de graduação da UFV. As comissões coordenadoras devem elaborar anualmente um relatório pormenorizado da situação de oferecimento de cada curso com o objetivo de explicitar e, ou avaliar as circunstâncias em que se encontra cada curso, em um determinado momento. Esse relatório é primeiramente analisado, em reunião conjunta da Comissão Coordenadora do Curso e o Núcleo Docente Estruturante, para tomar as devidas providências.

No relatório, devem constar as características do curso em termos quantitativos (alunos matriculados, alunos que se formaram, demanda para ingresso, coeficientes de rendimento etc.) e qualitativos (avaliação de disciplinas, condições estruturais, situação de estágios, projeto de curso etc.). A maioria dos dados é fornecida automaticamente pelo sistema aos coordenadores via Sapiens. Também, serão construídos índices qualitativos de situação e de evolução do curso. Complementar-se-á com a avaliação dos discentes, realizada via Sapiens, seguindo formulários padrão para todos os cursos.

O curso não tem avaliações periódicas externas por não pertencer a nenhuma das categorias de cursos avaliados via Enade, CPC etc.

14. Ingresso no Curso

A UFV oferece anualmente 40 vagas para o curso de Bacharelado em Cooperativismo. A admissão dos estudantes se dá por uma das seguintes modalidades: Sistema de Seleção Unificada (SISU); Programa de Avaliação Seriada para Ingresso no Ensino Superior (PASES); Concurso de Vagas Ociosas; Reativação de Matrícula; Programa de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G); e por outras modalidades de processos seletivos previamente aprovados pelos Colegiados Superiores.

A forma de ingresso na graduação na modalidade de Concurso Vestibular vigorou até o ano de 2011, tendo sido extinta, conforme Resolução Conjunta Cepe/Consu nº 01/11, e substituída, a partir de 2012, pelo do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do MEC. A participação da UFV no Sisu será com 80% (oitenta por cento) de suas vagas, ficando reservadas 20% (vinte por cento) das vagas para o processo seletivo no Pases. De acordo com a legislação vigente, a UFV está

implementando também os procedimentos necessários para cumprir com a lei que regulamenta as cotas de ingresso na universidade.

A UFV oferece aos estudantes ingressantes um Catálogo, em que constam o Regime Didático, a Matriz Curricular, Ementário das disciplinas, entre outras informações. Uma cópia do Regime Didático da UFV se encontra no anexo deste PPC. Toda essa informação e outras complementares encontram-se na página web da universidade. Uma cópia (impresa) do PCC fica disponível na coordenação do curso.

15.Registros Acadêmicos

Os estudantes contam com eficientes sistemas de informática, PVANet e Sapiens, e cada um recebe um endereço de e-mail próprio (@ufv.br) para realizar os intercâmbios de informação necessários.

O Sapiens é o sistema de apoio ao ensino onde se concentra a maior parte das ferramentas de registro. Trata-se de um espaço virtual onde os estudantes têm acesso ao seu histórico, às disciplinas matriculadas, aos dados pessoais, aos endereços, à análise curricular para participar das avaliações, podendo cancelar disciplinas, fazer pré-matrícula e o plano de estudos.

A PVANet é também um ambiente virtual de capacitação que disponibiliza as informações e bibliografias das disciplinas, os anúncios, exercícios e notícias das disciplinas durante o semestre, assim como conta com facilidades para realização de fóruns e de avaliações on-line. Todas as atividades acadêmicas durante o semestre ficam disponíveis nesse espaço virtual. O PVANet permite disponibilizar bibliografia online, quando ela for de acesso livre, assim como fotos, vídeos, sítios em internet para pesquisa que passam a formar parte dos materiais das disciplinas.

16.Colegiado do curso

O colegiado do curso é denominado como Comissão Coordenadora do Curso e cumpre com o estabelecido pela Resolução CEP 07/2011. A CCC está constituída por quatro professores e um representante discente. A CCC está presidida pelo Coordenador do Curso, o seu suplente ou vice-coordenador e dois professores de outros dois departamentos que oferecem disciplinas para o curso, todos os professores são também membros natos do Núcleo Docente Estruturante.

O NDE orienta suas atividades segundo o estabelecido na Resolução 03/2010/CEPE e está constituído por sete professores, quatro deles da CCC, representantes de três departamentos distintos que oferecem disciplinas ao curso.

A CCC e o NDE costumam se reunir periodicamente, como mínimo, duas vezes por semestre, geralmente em forma conjunta quando a ordem do dia for pertinente, para cumprir com as tarefas a eles encomendadas. A secretaria do Curso compete preparar as atas que registram as deliberações. Os encaminhamentos dos assuntos decididos são realizados seguindo os trâmites específicos da UFV para cada caso.

17. Recursos humanos e infraestrutura

17.1 Recursos humanos

Os professores que ministram disciplinas para o curso de cooperativismo pertencem a uma dezena de departamentos da UFV de quase todos os Centros de Ciências da universidade. No entanto, como pode ser visto na grade do curso, quase sessenta por cento das disciplinas obrigatórias do curso e terça parte das optativas são oferecidas pelo Departamento de Economia Rural, cujo perfil dos professores, todos doutores, é detalhado na continuação.

Corpo Docente do Departamento de Economia Rural

Alexandre Bragança Coelho, Bacharel em Economia, 1999, USP; M.S. Teoria Econômica, 2002, USP; D.S. Economia Aplicada, 2006, UFV; Professor Adjunto.

Altair Dias de Moura, Eng.º-Agr.º, 1990; M.S. Economia Rural, 1994, UFV; Ph.D. Gestão de Agronegócios, 2003, Lincoln University (Nova Zelândia). Professor Adjunto.

Ana Louise de Carvalho Fiúza, Socióloga, 1992; Espec. em Ciências da Religião, 1993, UFJF; M.S. Extensão Rural, 1997, UFV; D.S. Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2001. Professora Adjunta.

Antônio Carvalho Campos, Eng.º-Agr.º, 1969; M.S. Economia Rural, 1971, UFV; Ph.D. Economia Agrícola, 1978, Oklahoma State University (USA); Pós-Doctor Análise do Equilíbrio Geral Computável, 1990, Purdue University (USA). Professor Titular.

Aziz Galvão da Silva Júnior, Eng.º-Agr.º, 1990; M.S. Economia Rural, 1992, UFV; Ph.D. em Administração Rural, 1998, Universität Bonn (Alemanha). Professor Associado.

Brício dos Santos Reis, Bacharel em Ciências Contábeis, 1994, Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Cachoeiro do Itapemirim-ES; D.S. Economia Rural, 2001, UFV. Professor Associado.

Carlos Antônio Moreira Leite, Eng.º-Agr.º, 1973; M.S. Economia Rural, 1975, UFV; Ph.D. Economia Rural, 1981, Michigan State University (USA); Pós-Doctor Economia Rural, 1990, Edinburgh University-Escócia (Grã-Bretanha). Professor Titular.

Dênis da Cunha, Bel. Em Ciências Econômicas, Mestrado e Doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor Adjunto.

Erly Cardoso Teixeira, Eng.º-Agr.º, 1972; M.S. Economia Rural, 1981, UFV; Ph.D. Economia Rural, 1987, Purdue University (USA); Pós-Doctor Política Agrícola e Acordos Internacionais, 1995, University of California (USA). Professor Titular.

France Maria Gontijo Coelho, Licenciado em História, 1979, UFMG; Espec. em Educação, 1986, AMAE-UFMG; M.S. Extensão Rural, 1992, UFV; D.S. Sociologia, 1999, UnB. Professora Associada.

José Ambrósio Ferreira Neto, Sociólogo, 1992, UFMG; M.S. Extensão Rural, 1994, UFV; D.S. Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999, UFRRJ. Professor Associado.

José Benedito Pinho, Bacharel. em Comunicação Social, 1974, PUCCAMP; M.S. Ciências da Comunicação, 1989; D.S. Ciências da Comunicação, 1994, USP. Professor Associado.

José Horta Valadares, Tecnólogo em Cooperativismo, 1979; Bacharel em Administração, 1987, UFV; M.S. Administração Rural, 1995, UFLA; D.S. Desenvolvimento e Agricultura, 2003, UFRRJ. Professor Adjunto.

Leonardo Bornacki de Mattos, Bacharel em Ciências Econômicas, 2002, PUC-MG; M.S. Economia Aplicada, 2004, UFV; D.S. Economia Aplicada, 2008, UFV. Professor Adjunto.

Marcelo José Braga, Eng.º-Agr.º, 1993; D.S. Economia Rural, 1999, UFV; Pós-Doctor Economia de Organizações Cooperativas, 2004, University of California (USA). Professor Associado.

Marcelo Leles Romarco de Oliveira, Bacharel em Administração, 1999, UFLA; Espec. em História do Brasil-Pós 1930, 2007, UFF; M.S. Extensão Rural, 2002, UFV; D.S. Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2007, CPDA/UFRRJ. Professor Adjunto.

Marcelo Miná Dias, Eng.º-Agr.º, 1991, UFPB; M.S. Extensão Rural, 1998, UFSM; D.S. Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2004, UFRRJ. Professor Adjunto.

Maria Izabel Vieira Botelho, Bacharel em Economia, 1981, PUC-SP; M.S. Sociologia Rural, 1992, UNICAMP; D.S. Sociologia, 1999, UNESP. Professora Associada.

Marília Fernandes Maciel Gomes, Bel. em Matemática, 1977; M.S. Economia Rural, 1981; D.S. Economia Rural, 1990, UFV. Professora Associada.

Nora Beatriz Presno Amodeo, Eng.^a-Agr.^a, 1984, Universidad de la Republica Oriental del Uruguay (Uruguai); Espec. em Desenvolvimento de Cooperativas Agrárias, 1985, CECLAM (Israel); M.A. Desenvolvimento Rural, 1994, Instituto de Estudos Sociais

(Holanda); D.S. Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 1999. Professora Adjunta.

Rennan Lanna Martins Mafra, Bacharel em Comunicação Social, 2001, UFMG; M.S. Comunicação Social/Processos Comunicativos e Práticas Sociais, 2005, UFMG; D.S. Comunicação Social/Textualidades Mediáticas, 2011, UFMG; Professor Adjunto.

Roberto Max Protil, Eng.º-Agr.º, 1986, UFV; M.S. Administração, 1993, UFRGS; Ph.D. em Ciências Econômicas, 1997, Universität Göttingen (Alemanha); Pós-Doutor em Agronegócio e Cooperativismo, 2009, Universität Gießen (Alemanha). Professor Adjunto.

Sheila Maria Doula, Bacharel em Ciências Sociais, 1984; M.S. Antropologia Social, 1991; D.S. Antropologia Social, 1997, USP. Professora Associada.

Viviani Silva Lírio, Bacharel em Ciências Econômicas, 1994, UFES; D.S. Economia Rural, 2001, UFV. Professora Associada.

Corpo Docente de Outros Departamentos da UFV

Alan Ferreira de Freitas. Bacharel em Gestão de Cooperativas, 2008; Mestre em Extensão Rural pela UFV, 2010. Professor assistente do Departamento de Administração.

Adriana da Silva. Licenciada em Letras pela Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei, 1994; Mestrado em Estudos Linguísticos pela UFMG, 1997; e Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, 2004. Professora do Departamento de Letras.

Alcindo Cipriano Argolo Mendes. – Bacharel em Ciências Contábeis, 2003. Mestre em Ciências Contábeis pela Fucape Business School, 2008. Professor assistente do Departamento de Administração.

Ana Lídia Coutinho Galvão. Bacharela e Licenciada em Economia Doméstica, 1986, UFV; Mestre em Extensão Rural, 1993, UFV. Professora assistente no Departamento de Economia Doméstica.

Ariane Piovezan Entringer. Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Matemática pela UFV, 2007; Mestre em Matemática pela Universidade Estadual de Campinas, 2009; doutoranda em Matemática pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Assistente do Departamento de Matemática.

Bruno Tavares. Graduado em Administração pela UFV, 1997; Mestre em Extensão Rural pela UFV, 2000; e Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras, 2011 Professor adjunto do Departamento de Administração.

Eduardo Simonini Lopes. Graduação em Psicologia pela UFMG, 1994; Mestre em Psicologia Social pela UERJ, 2004; e Doutor em Educação pela UERJ/PROPED. Professor adjunto do Departamento de Educação.

Jeferson Soares. Graduação em Ciências Sociais pela UFMG, 1986; Mestre em Sociologia pela UFMG, 1992; e Doutor em Sociologia pela UFRJ, 2005. Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais.

Luciano Dias de Carvalho. Graduação em Ciências Econômicas pela UFV, 2002. Mestre e Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná, 2009. Professor adjunto do Departamento de Economia.

Luciano Rodrigues Costa. Graduação em Ciências Sociais pela UFMG, 2000; Mestre em Extensão Rural pela UFV, 2002; Doutor em Ciências Sociais na UNICAMP, 2010, com Estágio Doutoral na Université de Toulouse le Mirail UTM e na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais.

Lourdes Helena Silva de Paiva. Graduação em Pedagogia pela UFV, 1985; Mestre em Extensão Rural pela UFV, 1994; Doutorado em Psicologia da Educação pela PUC/SP, 1999; Pós-Doutorado em Educação pela Universidade de Lisboa, Portugal. Professora adjunta do Departamento de Educação.

Newton Paulo Bueno. Graduação em Economia pela USP, 1979; Graduação em Administração pela FGV/SP, 1978; Mestre em Economia pela USP, 1984; Doutor em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas, 1996; e pós-doutorado em Political Theory and Policy Analysis na Indiana University, 2008. Professor Associado do Departamento de Economia.

Paulo Shikazu Toma. Graduação em Ciências Sociais, FFCL-Presidente Prudente/SP, 1974; Especialização em Sociologia das Sociedades Agrárias na Unesp, 1975; Mestre em Extensão Rural pela UFV, 1981. Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais.

Rodrigo Gava. Graduado em Administração pela UFV, 1995; Especialista em Gestão Estratégica de Marketing pela PUC-MG, 1997; Mestre em Extensão Rural pela UFV, 2000; e Doutor em Administração pela EBAPE/FGV, 2009. Professor adjunto do Departamento de Administração.

Thiago Melo Teixeira da Costa. Graduado em Administração pela UFV, 2003; Mestre e Doutor em Economia Aplicada pela mesma universidade, 2010. Professor adjunto do Departamento de Administração.

Regel Antonio Ferrazza. Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Santo Ângelo, 1990; Especialização em Direito pela Faculdade de Direito de Santo Ângelo, 1996; Mestrado em Direito pela UFSC, 2001; Doutor em Direito pelas

Universidades Robert Schuman, Strasbourg, França e UFRGS. Professor adjunto do Departamento de Direito.

17.2 Infraestrutura

A UFV oferece uma estrutura física e de apoio privilegiada para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os casos de pessoas com problemas de acessibilidade, sejam permanentes ou temporários, são especialmente considerados ao determinar as instalações a serem utilizadas pelas turmas às quais essas pessoas pertencem. A infraestrutura utilizada mais frequentemente pelos estudantes do curso é descrita a seguir.

17.2.1 Instalações do Departamento de Economia Rural

17.2.1.1. Ala Acadêmica e Administrativa

O espaço físico do Departamento de Economia Rural da UFV é adequado ao desenvolvimento de trabalhos de pesquisa nas suas diferentes etapas. Dois edifícios de dois pavimentos compõem a sede própria do DER, perfazendo cerca de 3.000 metros quadrados de área útil. Por se tratar de um prédio antigo ainda está em processo de adaptação às regulamentações de acessibilidade, no entanto, todas as devidas providências são tomadas, caso for necessário atender necessidades especiais de algum discente ou docente, para facilitar sua normal participação nas atividades correspondentes.

O prédio principal tem 1.953 metros quadrados de área construída. Em seu andar térreo, funcionam as dependências da chefia/secretaria administrativa, uma sala de reuniões, um laboratório de informática, as salas da biblioteca setorial recentemente remodeladas, um auditório com capacidade para acomodar 224 pessoas assentadas, um almoxarifado, dois sanitários e uma cantina. No andar superior, estão instaladas 11 salas de aula, em 5 das quais foram instalados data-shows permanentes, uma sala para seminários com capacidade para 60 pessoas sentadas e dotada de sistema de 'quadro inteligente', outra sala de aula de menor tamanho também com 'quadro inteligente' e três gabinetes de estudo para os estudantes de pós-graduação.

No outro prédio, denominado Anexo ao DER, com uma área de 1.019 metros quadrados, existem, no andar superior, 36 gabinetes individuais para professores, dois sanitários e uma cantina. No térreo, estão instaladas as dependências da secretaria executiva, uma sala para a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação, mais um laboratório de informática, quatro gabinetes para técnicos, uma sala de reuniões, uma sala para a Coordenação dos Cursos de Graduação, uma sala para a Coordenação do Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu", um gabinete de professor, dois sanitários e uma sala para o arquivo permanente.

17.2.1.2 Biblioteca Setorial

O Departamento de Economia Rural dispõe também, em suas instalações, da biblioteca setorial “Prof. Fernando Rocha”, que representa os esforços do seu corpo docente de dotar os programas de pós-graduação de uma biblioteca especializada e atualizada com recursos do PROF/Capes, da Fapemig e outros convênios.

Abrangendo as áreas de Administração, Antropologia, Ciência Política, Comercialização, Comércio Internacional, Comunicação, Cooperativismo/Associativismo, Economia Rural, Extensão Rural, Filosofia, História, Macroeconomia, Matemática, Estatística, Microeconomia e Sociologia, a Biblioteca do DER dispõe de um acervo de 7.917 livros, 2.022 teses, 9.805 periódicos, 2.658 publicações de instituições, 548 trabalhos publicados, 327 censos ou anuários, 126 obras de referência, 123 vídeos, 90 disquetes e 137 CDs, totalizando 23.757 títulos. A pesquisa por referências é informatizada, podendo ser realizada por meio de computadores instalados na biblioteca, recentemente ampliada para poder dar espaço ao acervo que aumenta ano a ano graças ao apoio da Fapemig e aos programas do DER.

A biblioteca está sendo interligada à rede interna de computadores do Departamento de Economia Rural para permitir pesquisas bibliográficas a partir de terminais e da internet. A biblioteca está instalada no prédio principal do edifício-sede do DER e ocupa uma área de, aproximadamente, 147 metros quadrados.

17.2.1.3. Laboratório de Informática

Os recursos de informática são bons e têm sido constantemente atualizados. O Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa conta, hoje, com moderna infraestrutura de informática, hardwares e softwares à disposição de todo o corpo docente, discente e administrativo.

Atualmente, cada professor dispõe de um computador instalado no gabinete, interligado à rede de computador da UFV, UFV-NET, com acesso direto à INTERNET e a outros serviços importantes como o Banco de Dados da Fundação Getúlio Vargas (projeto ARIES), a Conjuntura Econômica e Banco de Dados do IBGE, o Banco de Dados das FNP on-line e o portal de periódicos da Capes. Cada professor dispõe ainda de uma impressora e de um ramal telefônico.

O Departamento de Economia Rural tem à disposição três modernos laboratórios de informática com 58 computadores, todos interligados à UFV-NET, que permitem acesso à INTERNET e a todos os serviços oferecidos pela UFV-NET. Entre esses serviços, destacam-se o acesso ao acervo bibliográfico da UFV, acesso aos mais sofisticados e importantes softwares de estatística, planilhas eletrônicas e editores de textos e serviços de consultas eletrônicas.

O Departamento dispõe de um total de 130 computadores, 7 notebooks, 2 scanners coloridos e um monocromático e 48 impressoras. Outros equipamentos disponíveis para atividades de pesquisa e ensino são aparelhos televisores com videocassete e DVD (2 unidades), projetor de alta resolução multimídia (11 unidades), painel eletrônico (1 unidade), filmadora (1 unidade), Câmara fotográfica (1 unidade) e aparelho de videoconferência para transmissão de eventos (1 unidade). O DER dispõe ainda de 150 pontos de comunicação com a Rede Internet, com fibra ótica, e acesso à rede de internet via WI-FI (rede sem fio/Wireless) nos dois prédios.

17.2.2 Instalações e Equipamentos de Uso Comum da UFV

17.2.2.1. Salas de Aulas

As aulas teóricas são ministradas em estruturas planejadas especificamente para esse fim, denominadas “Pavilhões de Aulas Teóricas A e B”, com 153 salas de aula, banheiros e instalações de apoio. Todas as salas dispõem de quadro-negro, retroprojetor e datashow. As salas variam de dimensão, algumas medindo até 107,97 m² com capacidade para abrigar 200 alunos. Cabe reiterar que se considera a existência de casos de pessoas com problemas de acessibilidade, ao definir as salas escolhidas para as atividades das turmas a que pertencem.

17.2.2.2 Recursos de Informática da UFV

A UFV é servida, atualmente, por um parque computacional que a coloca entre as instituições mais equipadas do país nessa área, otimizando significativamente suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Conta com uma rede corporativa (UFVNet) que interliga mais de 150 departamentos/órgãos ao longo do campus, através de aproximadamente 35.000 metros de fibra óptica. Os órgãos que não estão fisicamente ligados à rede UFVNet são atendidos por meio de ligações remotas. No total são cerca de 7.000 estações conectadas, 1.500 usuários cadastrados no serviço VoIP e mais de 38.000 contas de correio eletrônico. Toda a infraestrutura de redes locais utiliza o padrão ethernet. A rede da UFV está interligada ao backbone da RNP, utilizando um link de 155Mbps.

A UFVNet conta ainda com 107 servidores/roteadores corporativos, utilizando os sistemas operacionais Linux, Unix e Windows para administração da própria rede, serviço de correio eletrônico, firewall, proxy, servidores Web e de bancos de dados.

17.2.2.3. Auditórios

A UFV conta atualmente com 17 auditórios de diversas capacidades, totalizando 2.379,43 m² disponíveis para a realização de encontros, palestras, seminários,

workshops e outros eventos típicos da atividade acadêmica, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

17.2.2.4. Biblioteca Central (BBT)

A Biblioteca Central, instalada em um edifício de quatro andares com área construída de 12.816,59 m² em 4 andares e 1.290 lugares, é de uso comum de toda a comunidade universitária e funciona diuturnamente, de segunda-feira a sexta-feira, das 6h às 23:45h e aos sábados, de 6h às 17:45h. Durante os períodos letivos, a seção de reserva, onde ficam os livros utilizados pelas disciplinas, funciona 24 horas por dia durante a semana e de 6h às 17:45h aos sábados. A BBT possui, além da entrada principal, uma entrada secundária com rampa para deficientes físicos, áreas de circulação amplas e dois elevadores.

No andar térreo, funcionam, além da Diretoria e Secretaria, o setor de Reserva, Setor de 1º e 2º graus (que atende também à comunidade de Viçosa), a Seção de Referência, terminais de consulta ao acervo, Sala de Videoconferência (56 lugares), Auditório de 170 lugares, Setor de Encadernação e outros setores técnico-administrativos.

No 1º andar estão localizadas três salas com revestimento acústico para estudo em grupo, 12 salas de estudo individual, Multimídia, Mapoteca, Coleção das Nações Unidas, Coleção UFV, Serviço de Reprografia, Seção de Aquisição e Catalogação, Chefia do Atendimento ao Público, Laboratório de Línguas, Obras Raras, Laboratório de História e SbiCafé – Sistema Brasileira de Informação de Café.

No 2º andar, estão a coleção de livros, teses e boletins, o Setor de Empréstimo, salas de estudo individual e salões de leitura e sala de vídeo com 36 lugares. No 3º andar, estão a coleção de periódicos, COMUT, Consulta ao CD-Referência e Periódicos da Capes e área de leitura (mesas individuais).

17.2.2.5. Acervo e serviços

O acervo de títulos na BBT em dezembro de 2011 contava com exemplares de Livros (173.620), Títulos de Periódicos (7.581), Teses (28.129), Folhetos (5.308), Microfichas (3.361), Microfilmes (110), Obras Raras (1.298), Obras em Braille (2.636), Publicações seriadas (43.970), Separatas (10.540), Recortes de Jornais (2.902), Relatórios (10.689), Separatas (10.540), Fitas de Vídeo (621), além de Bases de Dados em CD-ROM e outros materiais especiais.

Encontram-se disponíveis para consulta on-line as referências dos livros, teses, obras de referência, publicações seriadas e os periódicos do acervo.

Os serviços oferecidos são: Comutação bibliográfica, Reprografia, Empréstimo domiciliar, Orientação e pesquisa bibliográfica, Catalogação na fonte de obras editadas pela UFV, Teses e Monografias, Bibliografia especializada, Boletim bibliográfico, Obras em reserva, Catálogo coletivo nacional de periódicos e Normalização de Referências Bibliográficas.